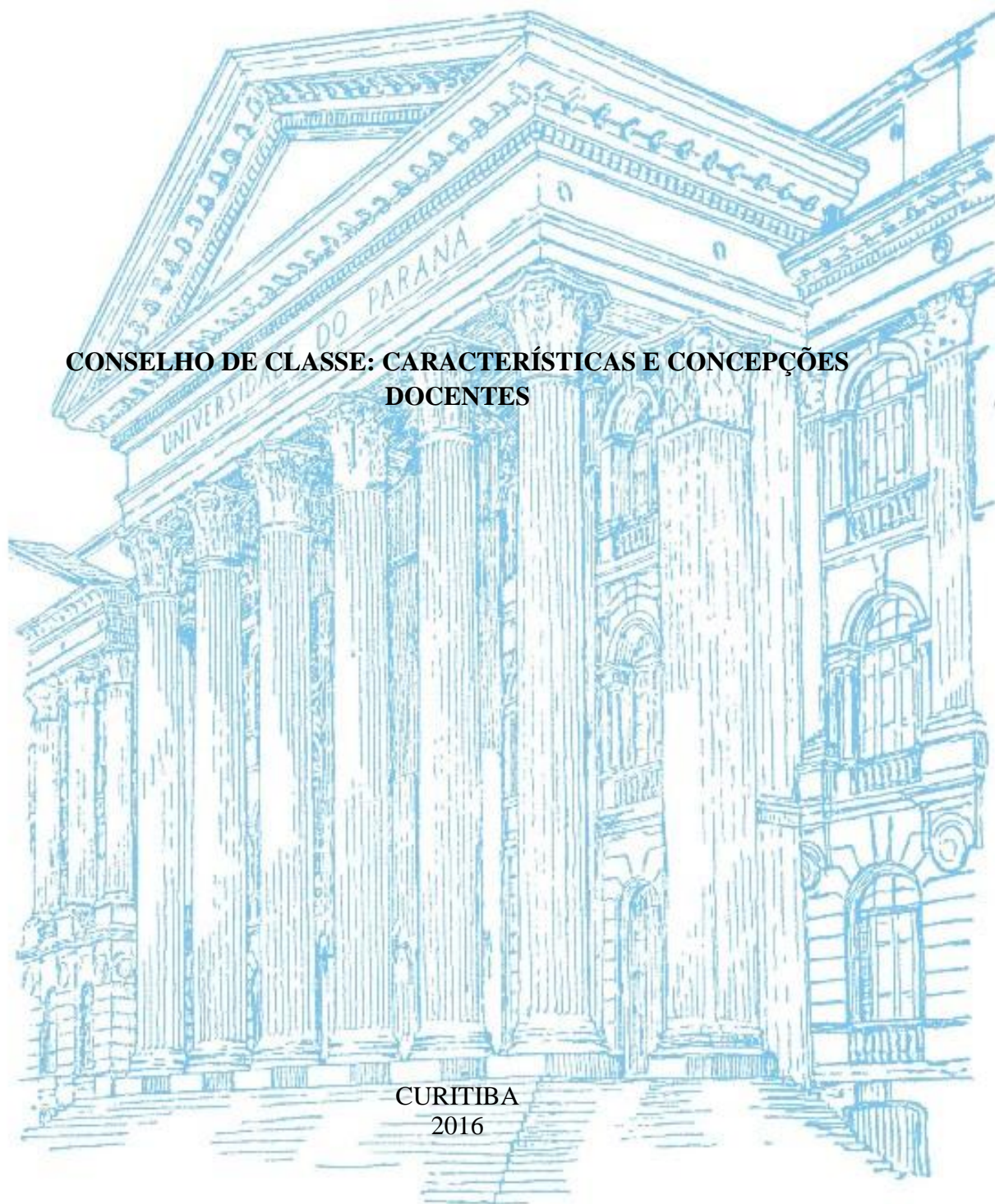


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

LETÍCIA DE ANDRADE COSTA

**CONSELHO DE CLASSE: CARACTERÍSTICAS E CONCEPÇÕES
DOCENTES**



CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

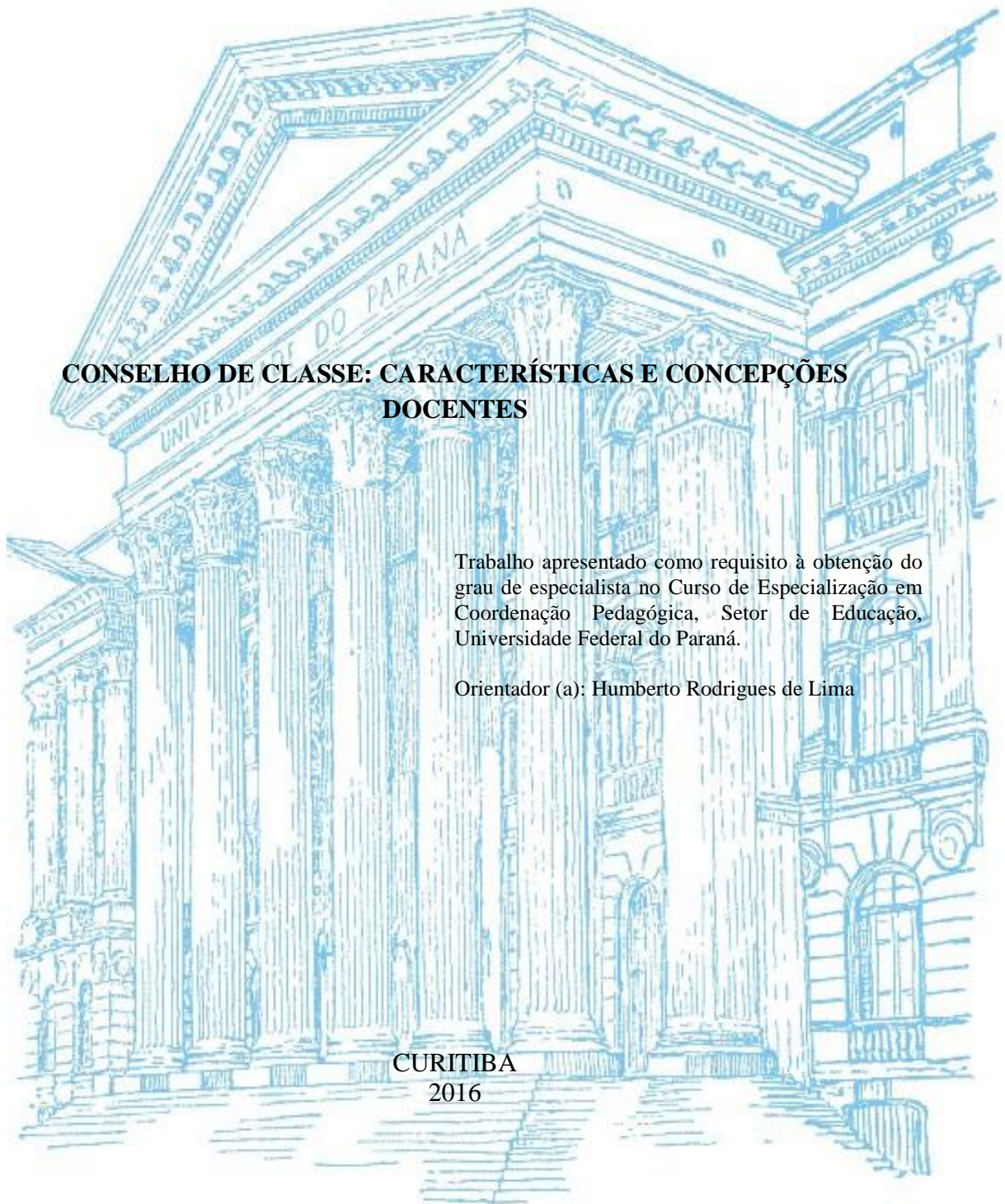
LETÍCIA DE ANDRADE COSTA

**CONSELHO DE CLASSE: CARACTERÍSTICAS E CONCEPÇÕES
DOCENTES**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Humberto Rodrigues de Lima

CURITIBA
2016



CONSELHO DE CLASSE: CARACTERÍSTICAS E CONCEPÇÕES DOCENTES

COSTA, Letícia de Andrade*

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida para aprofundar conhecimentos acerca do que constitui o papel do Conselho de Classe, enfatizando suas características na gestão da escola e a concepção de professores em relação ao mesmo. Dessa forma, o objetivo geral foi de compreender as características do Conselho de Classe enquanto instância colegiada presente na organização da escola. Tendo por objetivos específicos: contextualizar como foram instituídos os Conselhos de Classe no interior das escolas brasileiras; Discutir o que é o Conselho de Classe e suas características a partir de teóricos da área e da concepção de professores de uma escola da rede estadual de ensino do Paraná. Como base teórica fundamenta-se nas pesquisas desenvolvidas por Dalben (2006) e Rocha (1984), além de outros autores que pesquisam sobre esta temática. Em relação à metodologia aplicada, o estudo envolveu o levantamento bibliográfico e posteriormente foram realizadas entrevistas com docentes de uma escola pública da cidade de Apucarana, Paraná, além de leituras das obras selecionadas, observações e conversas informais no campo de pesquisa. Os resultados da pesquisa demonstraram que há discrepâncias em relação a como vem sendo realizados de como deveria ser a finalidade desta instância e a necessidade de se obter maiores esclarecimentos, pelos envolvidos com o processo educativo, sobre as características e sua importância na organização e funcionamento da escola.

Palavras-chave: Conselho de Classe. Instância Colegiada. Concepção.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa atende às exigências finais do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica oferecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), pelo Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Tendo por finalidade propor reflexões acerca do Conselho de Classe, enfatizando o seu papel e as suas características

*Artigo produzido pela aluna Letícia de Andrade Costa do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Humberto Rodrigues de Lima. E-mail: leticia2_costa@hotmail.com

na gestão da escola, a partir da bibliografia referente ao tema e através da concepção de professores.

Esta instância diferencia-se das demais devido ao seu caráter pedagógico, tendo por função possibilitar a análise do desempenho do aluno e da escola num todo, de forma coletiva, com a finalidade de propor ações e intervenções para melhorar a prática docente e a aprendizagem do aluno, isto é, o processo de ensino-aprendizagem (DUBIELA, 2012).

Destaca-se ainda que as práticas dos Conselhos de Classe evidenciam pouca participação dos envolvidos, tornando-se um momento a ser cumprido devido a sua obrigatoriedade, com ações meramente burocráticas e discussões desnecessárias. A prática do Conselho de Classe está cristalizada nestes moldes, levando esta instância a perder sua especificidade dentro da escola (ROCHA, 1984).

Em relação à metodologia aplicada, o estudo envolveu, primeiramente, o levantamento bibliográfico a fim de propiciar embasamento teórico. A partir da fundamentação foi realizada pesquisa de campo em uma escola pública da cidade de Apucarana, Paraná. Quanto aos procedimentos metodológicos, foram realizadas leituras das obras selecionadas, observações, conversas informais no campo de pesquisa e entrevistas com professores.

Destarte, a utilização de entrevistas como forma de coleta de dados é bastante relevante em trabalhos científicos por contribuir com o pesquisador, permitindo que este extraia “[...] uma quantidade muito grande de dados e informações que possibilitam um trabalho bastante rico” (JUNIOR, *et. all.*, 2011, p.237).

Sendo assim, foi elaborado um roteiro de questões (APÊNDICE 1) para perceber o modo como os sujeitos da pesquisa entendem o Conselho de Classe a partir de suas características. Esse roteiro foi organizado em cinco categorias: 1) Perfil dos sujeitos; 2) Conselho de Classe; 3) Participação no Conselho de Classe; 4) Avaliação no Conselho de Classe e; 5) Organização Interdisciplinar.

Cabe destacar que esta pesquisa não interferirá imediatamente no problema em questão, porém, não deixará de ser significativa, tornando-se instrumento de reflexão. No que concerne as questões problemas, considera-se: Quando houve a necessidade em inserir Conselhos de Classe nas escolas brasileiras? O que é o Conselho de Classe? Quais são as características que o definem e o diferem dos demais órgãos colegiados? Qual a concepção que professores tem a respeito das características do Conselho de Classe na escola?

Assim, o objetivo geral consiste em: Compreender as características essenciais do Conselho de Classe enquanto instância colegiada presente na estrutura organizacional da escola. E como específicos, contextualizar como foram instituídos os Conselhos de Classe no interior das escolas no Brasil; Discutir o que é o Conselho de Classe e suas características a partir do que apresentam os teóricos da área e da concepção de professores entrevistados de uma escola pública.

Desta forma, este trabalho se estruturará no seguinte percurso: analisar as origens históricas da criação do Conselho de Classe, determinando a sua instituição na educação brasileira. Apresentar a metodologia de pesquisa e a caracterização do campo de investigação e por fim, discutir o que é o Conselho de Classe, a partir da bibliografia sobre o tema e de entrevistas com professores, apresentando as características desta instância e tendo como referencial teórico os estudos de Dalben (2006) e Rocha (1984).

1. OS CONSELHOS DE CLASSE NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

O Conselho de Classe teve sua origem na França, por volta de 1945, “[...] surgindo pela necessidade de um trabalho interdisciplinar com classes experimentais”. A educação francesa passava por uma reforma educacional¹ que tinha por objetivo organizar um sistema escolar que observasse contínua e sistematicamente os alunos, com a finalidade de oferecer a cada um, um ensino que correspondesse as suas aptidões e gostos (DALBEN, 2006, p. 22).

No que se refere ao Brasil, no ano 1958, estagiários brasileiros trouxeram essa experiência vivenciada na educação francesa, implantando-a no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP). Essa implantação só foi possível pelo fato da tendência pedagógica tradicional ser enfraquecida com o desenvolvimento de um novo ideário pedagógico, a tendência escolanovista da educação, que valorizava o trabalho coletivo, buscava a criação de novos métodos, o atendimento individualizado e estudos em grupos.

Destaca-se que o Conselho de Classe ainda não estava formalizado nas escolas, não havia uma legislação específica estabelecendo seu funcionamento, todavia, conforme pesquisas de Rocha (1984) a ideia de espaços para discussões coletivas no

¹Havia três tipos de Conselho: o Conselho de Classe, em nível de turma; o Conselho de Orientação, em nível de estabelecimento de ensino; e o Conselho Departamental de Orientação, em contexto mais amplo. A função era de distribuir os alunos no sistema dualista, orientando-os quanto às modalidades de Ensino (clássico ou técnico) a partir de suas habilidades (DALBEN, 2006; ROCHA, 1984).

interior das escolas já era expresso no documento Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

Nos anos de 1960 a 1968, a Educação Nova foi sendo substituída pela tendência educacional tecnicista. Essa substituição está ligada ao setor político e econômico da época, que valorizava a produção capitalista e tinha por intenção alterar os objetivos da educação para atender aos seus interesses. O cenário político da época, o Golpe Militar em 1964 e a Ditadura Militar (1967-1985) marcados pelo autoritarismo, provocaram intensas mudanças no sistema educativo brasileiro.

Uma reforma educacional vinha sendo estabelecida, visando conceber a educação para fins empresariais e de produção. A Lei nº 5.692/71, que reformou a LDB de 1961, foi criada com a finalidade de preparar os estudantes em indivíduos treináveis nos princípios e valores do capital, na competição e na racionalidade. Buscou-se com isto, instituir essa lei também para nortear a operacionalização dos Conselhos de Classe.

Os Estados Unidos, como líder econômico, influenciou a educação brasileira a partir de um acordo feito entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Nesse processo, criou-se o Programa de Extensão e Melhoria do Ensino (PREMEN) regulamentado pelo Decreto 63.914/68 e implantado em 1970 em vários estados do Brasil. A partir desse Programa, professores eram treinados para posteriormente atuarem nas chamadas escolas polivalentes.

De acordo com Resende (2009, p. 02), as escolas polivalentes foram criadas e adaptadas aos modelos de escola norte-americanas. Estas escolas tornaram-se centros de excelência e escolas-modelo, com o objetivo de preparar os jovens “para uma vida profissional, suprimindo, assim, a sociedade, em seu desenvolvimento industrial, de mão de obra qualificada”.

Foram destinados recursos financeiros oriundos dos Estados Unidos para a criação destas escolas. Essas construções faziam parte da reforma educacional previstas pela Lei nº 5.692/71, que só foi ser decretada após a implantação do PREMEN, sendo possível, a partir de sua promulgação, estabelecer orientação normativa e legal desse tipo de escola (polivalente) para a estrutura e funcionamento de todo o ensino de 1º e 2º graus no Brasil (DALBEN, 2006).

No entanto, Dalben (2006) afirma que a implantação dos Conselhos de Classe não se deu claramente por meio da Lei nº 5.692/71, mas sim, pelo Programa de Extensão e Melhoria do Ensino (PREMEN), que indiretamente emanava as orientações

para a aplicação desta Lei, no qual apresentava o Conselho de Classe como órgão constituinte da escola.

Com a promulgação da Lei nº 5.692/71, o Conselho de Classe passou a ser instância formalmente instituída nas escolas brasileiras. Antes da referida lei, os Conselhos de Classe ocorriam esporadicamente nas escolas em que os gestores, orientadores e supervisores enxergavam-no como de importância para resolver os problemas de ordem pedagógica. (OLIVEIRA; MACHADO, 2008).

Com o fim da Ditadura Militar, iniciou-se um processo de redemocratização do Estado brasileiro. Por volta de 1980, movimentos sociais lutavam pela restauração de novos princípios orientadores para o país, sendo assim, demandava uma reorganização nas esferas política, social e econômica. Como primeira medida para a reabertura política do país, foi elaborada uma nova Constituição.

Em 1988, com a aprovação da nova e atual Constituição Federal, trouxeram como princípio norteador, o conceito de democracia, sendo, pois “[...] um importante passo para a vida democrática dos estabelecimentos e para o sistema de ensino brasileiro”, simbolizando a superação de uma gestão autoritária. (TOLEDO; RUCKSTADTER, 2011, p. 11).

Em 1996, é criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fundamentada pela Constituição Federal de 1988, revogando a antiga Lei nº 5.692/71. A partir da nova LDB 9394/96, o trabalho pedagógico passou a ser compreendido numa perspectiva democrática, sendo estruturado pelo coletivo da comunidade escolar. Isto posto, o Conselho de Classe passou a fazer parte dos órgãos colegiados que compõe a gestão democrática da escola pública.

2. PESQUISA DE CAMPO: CONCEPÇÕES DOCENTES

A escolha pela pesquisa de campo ocorreu pela necessidade em confrontar e conjugar a prática dos Conselhos de Classe que os professores compreendem e realizam com o que os autores apresentam, evidenciando se há discrepâncias em relação a como vem sendo realizados de como deveria ser a finalidade desta instância na organização escolar.

Com o intuito de destacar as concepções que professores têm a respeito das características do Conselho de Classe, optou-se por realizar entrevistas, fornecendo dados que possibilitaram a percepção dos diferentes sujeitos da pesquisa. Destaca-se

que vários docentes foram convidados a participar, entretanto, apenas (10) dez dispuseram-se a contribuir com a pesquisa. Gil (2002, p.53) descreve que este tipo de pesquisa “[...] é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes”.

A seguir, será apresentada, brevemente, a caracterização do campo de investigação: uma escola da rede pública estadual de ensino.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA: A ESCOLA

A pesquisa de campo foi realizada em uma instituição pública da rede estadual de ensino na cidade de Apucarana, Paraná. Atualmente, esta instituição atende um total de (1622) um mil seiscentos e vinte e dois alunos, distribuídos nos diferentes níveis e modalidades: anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Profissional (Curso de Formação de Docentes na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental) e nas atividades contra turno: CELEM, Programa Mais Educação, Sala de Recurso Multifuncional Tipo I e Sala de Apoio.

O quadro de docentes corresponde cerca de (113) cento e treze professores, que atuam nas diferentes disciplinas. Quanto ao número de funcionários, ao total são (30) trinta subdivido nas áreas: administrativa, serviços gerais e operacionais. A equipe diretiva é formada por (1) um diretor geral; (2) dois diretores auxiliares, além disso, a equipe pedagógica é composta por (5) cinco pedagogas no período da manhã, (4) quatro na parte da tarde e (1) uma no período da noite.

O Colégio organiza suas ações fundamentado na Teoria Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórico-Crítica, que considera a formação do homem integral. A escola tem por função levar o aluno à “[...] compreender a realidade de que faz parte, situar-se nela, interpretá-la e contribuir para sua transformação”. Para isto, o professor, a partir do ensino, organiza, seleciona e planeja os conteúdos que necessitam ser desenvolvidos a fim de favorecer a aprendizagem do aluno (PPP², 2011, p. 72).

Para que esta aprendizagem se efetive, a avaliação é vista de forma diagnóstica e formativa, assim corresponde como o instrumento por intermédio do qual o aluno terá a oportunidade de demonstrar seu aprendizado e as relações que estabeleceu entre o novo conhecimento e as aprendizagens já adquiridas, gerando dados que possibilitam

² Destaca-se que o Projeto Político Pedagógico da instituição está desatualizado, passando por processo de reavaliação e reestruturação neste ano de 2016.

repensar a prática docente (PPP, 2011).

No que se refere ao Conselho de Classe, houve tentativas de modificação de sua prática, a partir de um trabalho de intervenção desenvolvido com os alunos e professores da instituição, o qual foi pensando e estruturado pela professora pedagoga Doroty Yaeko Arimori Campos, durante a realização do PDE 2014 (CAMPOS, 2014).

Foram realizados momentos de estudos com os alunos representantes de turma (monitores), discutindo a função do representante de turma e reflexões sobre o Conselho de Classe participativo. Visando fomentar nos docentes o desejo por mudança, foi realizado formação com os professores do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), refletindo acerca da avaliação diagnóstica e do Conselho de Classe participativo.

Nas conclusões de sua pesquisa, Campos (2014) destaca que alguns professores consideraram que, após a inserção de monitores de turmas nas reuniões de Conselho de Classe, houve mudanças no comportamento destes alunos em sala de aula, demonstrando estarem mais responsáveis e conscientes quanto à suas aprendizagens.

3. CONSELHO DE CLASSE E SUAS CARACTERÍSTICAS

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) no artigo 206, inciso VI e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996), no artigo 3, inciso VIII, expõem que o ensino será ministrado com base na gestão democrática. Para viabilizar a democracia nas escolas foram criadas as instâncias colegiadas, dentre essas, o Conselho de Classe.

Por ser um espaço privilegiado para discussões e interações pedagógicas dos professores e por estar diretamente ligado ao Projeto Político Pedagógico apresenta características indispensáveis. Segundo Dalben (2006), as características básicas que distingue o Conselho de Classe dos demais órgãos colegiados são relativas: **A participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais que atuam no processo pedagógico; Sua organização interdisciplinar; A centralidade da avaliação escolar** como foco de trabalho da instância.

Oliveira e Machado (2008), em suas pesquisas, destacam duas características principais do Conselho de Classe: a primeira refere-se a ser um **espaço de avaliação coletiva** e o segundo por ser um **instrumento de democratização das relações escolares**, complementando as já descritas por Dalben (2006).

Essas características apontadas pelas autoras deram o norte para a realização desta pesquisa. E de acordo com Rocha (1984, p. 12) “[...] quanto mais acentuadas estas características, mais atuante poderá tornar-se o Conselho de Classe no seio da escola”.

Ressalta-se que tais características serão abordadas e discutidas separadamente, de forma a estruturar adequadamente as reflexões, no entanto, uma complementa a outra e juntas contemplam aquilo que é específico do Conselho de Classe. As reflexões a seguir tratam de analisar o Conselho de Classe e características fundamentais que o definem no ambiente escolar.

O Conselho de Classe e suas funções

O Conselho de Classe é considerado como a mais importante instância colegiada, em função de seus objetivos e características, tendo por finalidade dinamizar o coletivo escolar nas questões relativas ao processo de ensino e aprendizagem. Assim, torna-se o “[...] responsável pelo processo coletivo de acompanhamento e avaliação do ensino e da aprendizagem” (SANGALLI, 2009, p.17).

Nesta perspectiva, Dalben (2006, p. 31) considera-o como, “[...] um órgão colegiado, presente na organização da escola, em que os professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos”.

É possível perceber, mediante as entrevistas, que os professores entendem o Conselho de Classe como momento oportuno, com a presença de professores, pedagogos, direção e até mesmos alunos, para que sejam feitas discussões e tomada de decisões, considerando os aspectos positivos e negativos até o momento do processo educativo (relativo às notas, as metodologias aplicadas, aos problemas de aprendizagem detectados e aos casos de indisciplina).

Seguem-se falas que ilustram a visão que estes professores têm a respeito do Conselho de Classe.

Eu penso que é um momento de reflexão onde há tomada de decisões, de mudanças e de conhecimento dos alunos e da metodologia dos colegas. (Professor 4).

O Conselho de Classe é onde nós iremos agregar, reunir os professores que trabalham naquela turma especificamente aonde possa ser discutido o ponto de partida novamente para integrar esse trabalho no próximo trimestre. Eu vejo desta maneira. (Professor 6).

“É um momento em que temos a oportunidade de avaliar o aluno como mais profundidade, pois senão tivesse esse momento ficaria vago apenas sob a minha análise, mas dessa forma é feita uma análise em conjunto do aluno” (Professor 5).

O depoimento do Professor 5 dá ênfase para uma avaliação unilateral, que analisa o aluno e o seu desempenho e não a interação pedagógica. As reuniões de Conselho de Classe tornam-se momentos desgastantes, visto que as discussões se estabelecem, muitas vezes, apenas na figura do aluno a partir do seu rendimento quantitativo, sendo ele o portador de problemas, pela “falta de estudo”, “a falta de disciplina e interesse” diante das atividades escolares (DALBEN, 2006, p. 36).

Salienta-se que a prática dos Conselhos de Classe ainda está distante do que apresentam esses depoimentos, considerando que as análises e discussões, muitas vezes, são superficiais, dificultando a busca de alternativas coletivas que visem amenizar os problemas e compreender as suas causas, uma vez que após a realização dos Conselhos de Classe pouco ou quase nada se altera na relação entre professor-aluno-conhecimento.

No real, às vezes, eu saio do Conselho de Classe com outra impressão, eu saio e vejo como um momento, como uma experiência frustrante, momento de dor, um momento angustiante onde a gente não consegue discutir com profundidade um tema que devia ser discutido e às vezes a gente não consegue transcender o óbvio do número (notas) ou das dificuldades que aquele aluno apresenta em sala de aula. (Professor 2)

A superficialidade das discussões e conseqüentemente a maneira como vêm sendo estabelecidas as decisões e os encaminhamentos tornam esta reunião um momento “angustiante” e até mesmo “frustrante” para os envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem. Essa frustração decorre, como aponta a mesma professora: “quando a gente não consegue dar corpo as decisões e diálogos que a gente precisa fazer dentro do Conselho” (Professor 2).

Dalben (2006, p. 49) reforça a busca pelo Conselho de Classe “[...] como uma instância capaz de promover a discussão mais aprofundada das questões postas pelo processo de ensino e pela relação professor-aluno-conhecimento”. Só é possível estabelecer essa inter-relação entre o educando, o professor e o conhecimento científico quando as decisões e ações são colocadas em prática de forma consistente e consciente, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino.

Conforme nos apresenta Sangalli (2009, p.13 e 14), esta instância possui várias atribuições, dentre as quais, destaca-se a análise de informações sobre os conteúdos

curriculares e encaminhamentos metodológicos; indicações de procedimentos e formas diferenciadas de ensino; identificação de alunos com dificuldades específicas de aprendizagem; estabelecimento de mecanismos de recuperação dos estudos que atendam as necessidades dos alunos; debate sobre dados quantitativos e qualitativos do processo de ensino e aprendizagem; revisão e reavaliação das possibilidades de avanço de alunos ou da retenção destes após os resultados finais; entre outros.

Em relação à compreensão dos docentes sobre as funções do Conselho de Classe, consideram que a principal atribuição reside no acompanhamento do aluno durante seu processo de aprendizagem. É nesta reunião que são definidos os procedimentos e as ações que serão realizados pela escola como um todo e especificamente pelos professores em sala de aula, visando à aprendizagem dos educandos. De fato, é o “momento coletivo de encontrar um caminho para que os alunos consigam aprender” (Professor 7).

Dentre as demais atribuições, no Conselho de Classe são identificados alunos que apresentam dificuldades específicas de aprendizagem, buscando que, mediante suas dificuldades e limitações, possam ter o direito à aprendizagem. O relato abaixo explicita o caso de uma aluna, no qual, suas dificuldades foram discutidas pelo grupo de professores, ocasionando a estes a necessidade em reverem suas metodologias, tornando os conteúdos acessíveis, ajustando-os às condições e capacidade de aprendizagem da aluna com necessidades educacionais especiais³.

Uma aluna que o pai não declarou que ela tem deficiência intelectual, não apresentou o laudo médico. E na reunião de Conselho de Classe os professores detectaram essa dificuldade e levaram para a equipe pedagógica, assim, a escola teve um olhar especial. E que foi durante o Conselho, em conversa com os demais professores que viam que ela se esforçava mais ela tinha essa dificuldade e realmente hoje ela frequenta Sala de Recurso e é avaliada de forma diferenciada pelos professores do Ensino Comum. (Professor 6).

Neste caso, é possível compreender a funcionalidade desta instância e entender que nem sempre as discussões são superficiais dentro do Conselho. Portanto, sua função não implica em apenas aprovar ou reprovar o aluno pautado por notas e conceitos, mas de se tornar um momento reflexivo, em que serão repensadas ações, verificando, “se o

³ Adaptações Curriculares não corresponde à elaboração de currículos diferenciados para os alunos com necessidades especiais, mas a implementação de estratégias de adequação as necessidades desses alunos, assim as modificações se realizam “ [...] nos objetivos, critérios, procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender as diferenças individuais do aluno” (FONSECA, 2010, p. 23 apud Ruiz & Pereja, 2002, p. 154).

aluno está aprendendo, se a metodologia está funcionando, se o projeto da escola está de acordo com o que é realizado” (Professor 4).

Nesta perspectiva, a função dos Conselhos de Classe é a de possibilitar a interação do coletivo escolar para realizar diagnósticos, reflexões e propor as intervenções necessárias e possíveis a desencadear diante das dificuldades identificadas. Estas dificuldades são inerentes ao aluno, mas também ao professor e suas práticas pedagógicas.

A estrutura e organização do Conselho de Classe

O Conselho de Classe desta instituição é realizado a cada trimestre e ao final do ano letivo. Referente à sua organização prática é subdividido em três etapas: Pré-Conselho, Conselho de Classe e o Pós-Conselho. Nesta primeira etapa, a pedagoga reúne os alunos de cada série para uma auto avaliação da turma referente ao: comportamento dos alunos; a prática dos professores e; as dificuldades em relação à aprendizagem dos conteúdos. Para essa avaliação, é preenchida uma ficha ata, que ao final é assinada por todos os alunos presentes.

De acordo com o depoimento de uma professora, estas anotações tornam-se “instrumento de pesquisa” e de análise, visto que, a pedagoga “percebe casos que são muitos relevantes para a prática docente, percebe que os alunos apresentam aquilo que precisam melhorar e aquilo que os tem prejudicado” (Professor 3).

Após a primeira etapa, é realizado o Conselho de Classe, previsto em calendário escolar, fazendo parte deste colegiado os professores das disciplinas, direção, equipe pedagógica, professor da Sala de Recurso e Apoio, alunos representantes das turmas e do Grêmio Estudantil.

A preparação deste momento é realizada pelo pedagogo, considerado como o “mediador do diálogo na escola”, assim, é este profissional que irá conduzir as discussões para que essas sejam significativas. Desta forma, é o pedagogo quem “[...] vai costurando, nesse momento de avaliação, todos os espaços, os ambientes escolares e todas as condições de aprendizagem” (Professor 2).

Hoffmann e Zsymanski (2007) consideram que a especificidade do trabalho do pedagogo pressupõe também a organização e coordenação dos Conselhos de Classe de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico no durante todo o ano letivo.

Como encaminhamentos, o pedagogo, durante o Conselho de Classe, assessora os professores quanto à identificação e planejamento de ações metodológicas no atendimento as dificuldades de aprendizagem, apontando sugestões de intervenção aos problemas levantados, bem como apresenta as informações aos professores, destacando os dados de aproveitamento escolar, referente aos aspectos qualitativos e quantitativos do processo de ensino e aprendizagem (HOFFAMANN; ZSYMANSKI, 2007, p. 02).

Nesse entendimento, uma professora relata que no Conselho de Classe

Sempre sai decisões, sempre sai dicas, comentários de como atuar, de como agir para o melhor resultado, nunca é uma dica facilitadora, não é uma receita pronta, mas são interpretações, são possibilidades, porque o nosso objetivo é o mesmo, nosso objetivo é a aprendizagem. (Professor 2).

A última etapa é a realização do Pós-Conselho, momento de *feedback*, quando é “levado para a turma aquilo que foi conversado e apresentado pelos professores no Conselho” (Professor 2). Por conseguinte, a pedagoga retoma o diálogo junto aos alunos, “[...] comunicando os dados apresentados pelos professores sobre o desempenho da turma, para análise e providências” (PPP, 2011, p. 353).

Em casos específicos, a pedagoga faz o chamamento de alunos de modo individual, para uma conversa de orientação sobre os aspectos levantados em Conselho. Quanto aos professores, “também acontece um diálogo [...], para sanar dificuldades de enfrentamento com a turma no que diz respeito ao relacionamento com a turma, a metodologia e a avaliação” (PPP, 2011, p. 353).

Apesar disso, alguns entraves têm dificultado os procedimentos de realização dos Conselhos de Classe. Uma das dificuldades refere-se ao tempo destinado para essas reuniões, assim o tempo que se tem para a realização dos Conselhos de Classe “é limitado e muitas vezes, nós temos quantidades grandes de alunos e turmas, que não dá para discutir tudo e ver quais os problemas” (Professor 7).

Nas falas de outros professores, é possível perceber a insatisfação quanto ao tempo destinado à realização dos Conselhos de Classe.

O tempo nos aprisiona, por exemplo, nós temos, às vezes, 30 minutos, 40 minutos, para discutir uma sala inteira de 40 alunos... Então, quanto tempo eu tenho para discutir um problema de um aluno? E nós não temos condições, na escola, de nos reunirmos com facilidade para tantas discussões desta forma. Então às vezes, quando a gente chega no Conselho de Classe numa escola tão grande como essa que nós estamos, o tempo ele é extremamente escasso para todas as necessidades de discussão. (Professor 2).

Os Conselhos de Classe acredito que em muitas escolas ocorrem muito rápido, deveriam ter mais tempo para discussões, ocorre conselhos de classe que se fazem em minutos, eu acho que cada sala, cada aluno deve ser analisado com mais tempo e todos os professores da sala deveriam participar. (Professor 8).

Devido ao agravante do tempo, alguns professores consideram que as decisões tomadas tornam-se “vazias” e “vagas”, já que não são analisados os problemas com profundidade, e muitas vezes, essa rapidez em que são realizados os Conselhos, prejudica a consistência dos encaminhamentos posteriores.

Em relação à periodicidade com quem são realizados os Conselhos de Classe, comenta uma professora, evidenciando que “deveria acontecer com maior frequência, não só em termos de trimestres ou bimestres” (Professor 3). Sangalli (2009) destaca que as reuniões de Conselho de Classe são ordinariamente previstas em calendário escolar e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, sendo convocado pelo diretor da instituição.

Com base nesses apontamentos, os professores colocaram como possibilidade de tornar o Conselho de Classe mais operante na escola, realizá-lo em outros momentos, além do previsto em calendário. No entanto, a dificuldade em reunir os professores em horários que não prejudiquem o desenvolvimento das atividades escolares são impasses a serem repensados e refletidos pelo coletivo escolar.

Não só no final do processo, que normalmente é em cima de nota, quer dizer, normalmente se você analisar o calendário você vai ver que os Conselhos de Classe eles são feitos sempre depois que termina o trimestre, porque não no meio do trimestre ou no começo? Para ver como está a situação, para dar tempo de você ver, por exemplo, os alunos que tem problemas de aprendizagem. (Professor 4).

Que os Conselhos de Classe acontecessem com mais frequência, porque não dá para decidir a vida de um aluno só com esses poucos encontros em finais de trimestre, na verdade, se a vida do aluno está em jogo ele precisa ser analisado antes. (Professor 8).

Os depoimentos acima indicam a necessidade de propiciar, com maior frequência, esses momentos de avaliação coletiva, se possível antes do término dos trimestres. Considera-se que para haver a otimização dessa instância é indispensável rever, diante da realidade de cada escola, a forma como os Conselhos vem sendo organizados, no que diz respeito a sua estrutura e periodicidade.

3.1. PARTICIPAÇÃO DIRETA E EFETIVA

A gestão democrática presente na gestão escolar tem como base a participação das “comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”, é o que apresenta a legislação (BRASIL, 1996), no artigo 14. Para viabilizar a gestão democrática nas escolas foram criadas as instâncias colegiadas, dentre essas o Conselho de Classe.

[...] na gestão democrática, todos são chamados a pensar, a avaliar e agir coletivamente, diante das necessidades apontadas pelas relações educativas, percorrendo um caminho que se estrutura com base no diagnóstico das dificuldades e necessidades e do conhecimento das possibilidades do contexto. (DALBEN, 2004, p. 56).

A participação em Conselhos de Classe precisa ser discutida a partir de duas questões chave: Quais os sujeitos fazem parte deste momento de avaliação coletiva? E, como se dá esse processo de participação durante as reuniões de Conselho de Classe?

Participantes nos Conselhos de Classe

O Conselho de Classe tornou-se um espaço prioritário nas escolas, aberto para discussões de ordem pedagógica, composto principalmente por professores, coordenação pedagógica e direção. Em alguns casos, essa participação abrange a comunidade escolar num todo, visto que há participação de pais e de alunos (DALBEN, 2006).

Do mesmo modo, Rocha (1984, p.11) aborda que quão maior for a participação da comunidade escolar nos Conselhos de Classe “[...], mais efetiva será a sua força de atuação e, da mesma maneira, à medida que deixa de ser um processo participatório, deixa de caracterizar-se como Conselho de Classe”.

No ponto de vista de alguns dos professores, a participação de pais nos Conselhos de Classe é necessária. Porém, deve ser pensando a forma de participação desses sujeitos, ou seja, não basta estarem presentes nas reuniões, é preciso envolvê-los nas discussões, para que de fato, colaborarem com este momento.

No entanto, uma professora (Professor 2) destaca que não podemos delegar a nossa função de avaliar e discutir o processo de ensino e aprendizagem nas mãos dos pais, que muitas vezes não tem discernimento sobre as questões de ordem pedagógica,

assim, considera a necessidade de se ter momentos em que o Conselho é feito com a presença dos alunos e pais e um momento propício em que haja a discussão apenas com a participação de professores.

Eu vejo momentos positivos na participação de alunos, na participação de pais dentro do Conselho de Classe, mas eu também vejo momentos muito positivos quando o Conselho de Classe é de professores, veja bem... É um conselho de “classe”, é um conselho daqueles que por um laço disciplinar, por um laço de formação profissional, por um mesmo objeto de estudo estão analisando um sujeito que está nesse processo de aprendizagem. (Professor 2).

No que refere-se à inserção dos representantes de turma nos Conselhos de Classe, obtive, por parte dos professores, opiniões divergentes. Há os que consideram que após a presença dos alunos houve um direcionamento nas discussões, que antes se centravam apenas no comportamento e problemas disciplinares e que passam a centrar-se um pouco mais no processo de ensino e aprendizagem.

No entanto, outros professores acreditam que essa participação impede que certos assuntos sobre os outros alunos sejam comentados e discutidos, devido à falta de maturidade e compreensão destes sobre esse momento de discussão e avaliação, levantando uma questão de ordem ética, visto que após esse conselho o aluno pode sair de posse de informações que deveriam ficar restritas ao corpo docente.

Participação dos professores nos Conselhos de Classe

A participação direta e efetiva dos profissionais envolvidos é necessária para dar procedência e sentido à reunião de Conselho de Classe. É neste espaço que os professores analisarão e discutirão seu processo de trabalho em sala de aula, a partir da exposição do rendimento do aluno, indiretamente, “sua própria prática docente será objeto de reflexões” (DALBEN, 2006, p. 32).

Entretanto, os professores destacaram a falta de envolvimento e participação de docentes durante as discussões nos Conselho de Classe. Há necessidade, como relata uma professora, em se ter “um olhar diferente, preocupar em conhecer seu aluno, perceber mudanças no seu comportamento em sala, conversar com o aluno, estar mais comprometido” (Professor 6). Souza (1986, p. 113), afirma que é preciso que o

professor esteja envolvido e “[...] comprometido com a garantia da aprendizagem do aluno”.

Do mesmo modo, a falta de envolvimento e de discussões mais centradas pode estar associada também ao que apresenta o Professor 3: “o cara chegou a uma semana, não sabe da turma e é o Conselho de Classe”. Essa dificuldade refere-se à rotatividade presente na Rede Estadual de Ensino. Essa rotatividade, analisada em outra ótica, pode também contribuir para que o professor substituto conheça os seus alunos a partir das conversas e trocas de experiências que fará com os demais professores.

3.2. AVALIAÇÃO COMO FOCO NO CONSELHO DE CLASSE

A avaliação ainda está associada à ideia de apresentar o rendimento dos alunos a partir de notas e conceitos. As práticas docentes estão cobertas de concepções, representações e sentidos que expressam a maneira como veem o mundo. Essas concepções, representações e sentidos estão impregnadas pela lógica da classificação, seleção, exclusão (FREITAS; FERNANDES, 2007).

Nesse sentido, considera-se natural o uso de notas escolares como meio de classificar e verificar quem aprendeu ou não. Destarte, “a nota não pode ser o principal fator” (Professor 5), em razão de que não analisa todo o processo de ensino e aprendizagem, sendo esta decorrente do processo avaliativo e não o seu fim.

Por ser um momento avaliativo, deverão ser revistas as metodologias e estratégias de ensino, os critérios de seleção de conteúdos curriculares, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados, a fim de superar os problemas e dificuldades das não aprendizagens. Assim, conforme depoimento “a função que a gente tem que perseguir e persistir sobre o Conselho de Classe é de momento propício para a avaliação” (Professor 2). Avaliar consiste em apontar as fragilidades e também as potencialidades dos alunos e docentes.

A avaliação ocorre dentro de um processo maior, o pedagógico, sendo assim, não pode ser considerada um fim em si mesma. Sua finalidade é de ajudar o professor a acompanhar o desenvolvimento do aluno e de sua prática pedagógica, apresentando o que o aluno pôde obter ou não, em termos de conhecimento, em um determinado período, com o objetivo de (re)pensar e (re)planejar ações educativas.

Acrescenta-se que as “avaliações estabelecem parâmetros para o desenvolvimento do aluno, elas não têm o propósito de qualificá-lo e nem desqualificá-

lo, elas têm o propósito de estabelecer parâmetros” (Professor 2). Não se deve relacionar avaliação com medição/verificação, para isto, a avaliação deverá ser “[...] marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo” (FREITAS; FERNANDES, 2007, p. 24).

O grande desafio reside em dissociar a concepção de que avaliar é apenas atribuir notas ou ser usada com o intuito de punir, classificar e excluir o sujeito da aprendizagem. A avaliação tem por finalidade fornecer informações sobre o processo pedagógico, permitindo que o professor decida sobre as intervenções e redirecionamentos que se fizerem necessários no processo educativo.

Avaliação da aprendizagem, prática docente e Conselho de Classe

Diante das reflexões anteriores, a avaliação da aprendizagem, “[...] manifesta-se como um processo de compreensão dos avanços, limites e dificuldades que os alunos estão encontrando para atingir aos objetivos seja do curso, disciplina, entre outros” (LUCKESI, 1990, p. 76). Nessa via, destaca-se que há uma relação entre a avaliação da aprendizagem e avaliação do ensino.

Souza (1986, p. 113) acrescenta que para avaliar o processo educativo é necessário considerar “[...] o desempenho do aluno de forma relacionada com o desempenho do professor e com as condições contextuais da própria escola”. E nessa relação, entre professor-conhecimento-aluno que se estabelece o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, a avaliação servirá de parâmetro para que decisões sejam pensadas e colocadas em prática, deixando de caracterizar-se como instrumento tecnicamente burocrático com finalidade de punir e selecionar os alunos. Um espaço próprio para o desenvolvimento de discussões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem compreende o Conselho de Classe, que torna-se o momento propício para decidir novos encaminhamentos atrelados aos resultados de avaliação.

Essa relação entre a avaliação da aprendizagem, da prática docente e do Conselho de Classe é evidenciada por esta professora, quando destaca que tem-se “um Conselho de Classe para repensar essa prática, se ela está fluindo ou não, um tem que acompanhar o outro, não são momentos isolados um é consequência do outro” (Professor 3).

Isto implica que quando os docentes estiverem com os resultados das avaliações (notas) em mãos, sua atitude, durante as reuniões em Conselho de Classe, deverá ser a de “[...] atentar para as dificuldades e desvios de aprendizagem dos educandos e decidir trabalhar com eles para que, de fato, aprendam aquilo que deveriam aprender, construam efetivamente os resultados necessários para a aprendizagem” (LUCKESI, 1990, p. 74).

Porém, faz-se necessário que o professor saiba bem os critérios e instrumentos avaliativos necessários, pois avaliar não depende apenas de ações técnicas, mas também de ações políticas, sendo que a concepção de avaliação tem que estar em consonância com os princípios, concepções e fundamentos descritos e refletidos no Projeto Político Pedagógico e na Proposta Pedagógica Curricular da instituição.

3.3. ORGANIZAÇÃO INTERDISCIPLINAR

O Conselho de Classe é considerado por Furtado (*et. all*, 2015, p.36) e Dalben (2006) como a instância colegiada mais importante na gestão escolar, pelo fato de romper com a fragmentação que há no processo educativo e por permitir “[...] a discussão pedagógica do ensino e da aprendizagem de forma integrada [configurando-se] como espaço interdisciplinar de estudo e tomada de decisões sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na escola”, assim torna-se um órgão deliberativo.

Por ser uma instância deliberativa, pode e deve tomar decisões, de forma coletiva, acerca do trabalho pedagógico. Assim, podem ser propostos novos objetivos e projetos de ensino; apresentação de metodologias e estratégias de ensino; discussão de critérios e seleção de conteúdos curriculares; estabelecimento de formas, critérios e instrumentos de avaliação utilizados para o conhecimento do aluno; organização de meios para acompanhar os alunos (fichas de registro); estabelecimento de meios de relação com a família dos alunos avaliados; definição de propostas curriculares para alunos com dificuldades específicas e adaptações para aqueles com necessidades educativas especiais, entre outros (DALBEN, 2006).

Com essa variedade de ações, o Conselho de Classe não pode estar limitado na apresentação de notas, posto que sua finalidade está para além de verificações sobre os aspectos quantitativos da aprendizagem. O ponto principal deste momento avaliativo refere-se a ser um dos espaços de atuação coletiva da escola, o que implica na busca de uma visão mais global entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

A visão coletiva entre os envolvidos nas reuniões de Conselho de Classe

Por configurar-se como um espaço coletivo para tomada de decisões sobre o trabalho pedagógico, o Conselho de Classe está ligado diretamente ao ensino e a prática docente, sendo necessário reunir todos os professores de determinada turma com a finalidade de discutir e trocar experiências docentes.

Nesta perspectiva, Rocha (1984, p. 20) afirma que essa “[...] integração das disciplinas” colabora para uma “ação educativa mais conjunta” das decisões a serem tomadas durante o Conselho de Classe. Essa ação educativa demanda o desenvolvimento de um trabalho escolar colaborativo durante o ano letivo entre o grupo de profissionais, de forma que, para a efetivação dessa colaboração é necessário uma cultura de coletividade no ambiente escolar.

No que diz respeito ao trabalho colaborativo, Damiani (2008, p. 215) destaca que no ambiente escolar a colaboração corresponde a todos os envolvidos trabalharem juntos, se apoiarem, visando atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo, “[...] estabelecendo relações que tendem a não-hierarquização, liderança compartilhada, confiança mútua e co-responsabilidade pela condução das ações”.

A visão coletiva é decorrente de um processo que pode estabelecer-se quando “[...] as pessoas nela envolvidas passam a reconhecer o que sabem, o que os outros sabem e o que todos não sabem - atitudes que resultam na busca de superação dos limites do grupo”. O Conselho de Classe torna-se esse espaço de troca de experiências, resolução de problemas e tomada de decisões (DAMIANI, 2008, p. 218).

As dificuldades destacadas pelos professores para o desenvolvimento de uma cultura de colaboração e coletividade residem no fato de alguns colegas docentes consideram sua disciplina prioridade, além de evidenciarem que o trabalho docente é, em alguns momentos, individual e isolado. O individualismo e o isolamento têm raízes próprias que se estabelecem desde a constituição desta profissão e a criação dos ambientes escolares.

A própria condição de trabalho, tal qual a “arquitetura das escolas, a estrutura dos seus horários, a sobrecarga de trabalho e a própria história da profissão” são alguns dos meios que intensificam esse isolamento (DAMIANI, 2008, p. 219). O desabafo a seguir retrata esse isolamento na profissão docente.

O trabalho de sala de aula ele é muito isolado, mas quando eu me isolo ainda mais, dizendo que não me importa o rendimento do aluno ou a maneira como ele aprende, ou a maneira como ele está ou as dificuldades ou questões pelos quais ele passa, torna-se muito desmerecedor do trabalho do professor, porque o trabalho do professor é um trabalho de construção, é um trabalho que não está pronto, e quando eu me isolo, quer dizer, então eu já decretei o meu fim. (Professor 2).

A proposta do Conselho de Classe, conforme ressalta Dalben (2006, p. 29), é de “[...] aglutinar os diversos profissionais da escola, recompondo a estrutura fragmentaria”, a fim de se chegar a uma visão coletiva da ação educativa, como forma de investigação e acompanhamento dos alunos de forma integrada. Como evidencia o Professor 2, “a escola é um espaço de diálogo, ela não é um espaço monólogo, espaço de isolamento”, sendo assim, é preciso que os professores estejam abertos a ouvir, a participar e a se envolver nas questões relativas ao seu trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da presente pesquisa, o Conselho de Classe foi destacado como um dos órgãos colegiados que compõe a estrutura organizacional da escola e que contribui para a viabilização da gestão democrática. A partir da legislação (BRASIL, 1988; 1996), tornou-se um dos espaços de atuação coletiva, em que os sujeitos discutem e estabelecem ações com a finalidade de sanar dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem.

Diante das entrevistas, verificou-se que os professores demonstraram descontentamento com as práticas que vem sendo realizadas de Conselhos de Classe, por conta das condições a que são feitas essas reuniões, isto se refere ao tempo destinado para as discussões; a periodicidade; a falta de envolvimento dos profissionais; a superficialidade das discussões; a concepção de avaliação ainda estar associada às notas e conceitos; e o isolamento e individualismo presente na profissão docente.

Essas dificuldades, nas quais foram evidenciadas, tem como base às características essenciais que constitui o Conselho de Classe, que corresponde a: participação efetiva dos profissionais e da comunidade escolar; a avaliação como foco desta instância; a organização interdisciplinar.

Os dados obtidos por meio das entrevistas são de grande valia, visto que são apresentadas sugestões, questionamentos, os quais podem contribuir para o início de

novas discussões em torno desta instância e conseqüentemente, corroborarem em mudanças na organização escolar.

Como profissional da educação e por atuar diretamente como pedagoga junto a este órgão avaliativo, considero que tais práticas ainda ocorram devido a falta de entendimento, por parte dos envolvidos, sobre o papel e as características do Conselho de Classe, bem como, da necessidade de reflexão em torno da função social da escola: garantir a aprendizagem dos alunos.

Há necessidade em obter maiores esclarecimentos, principalmente pelos envolvidos no processo educativo, tais como, coordenadores pedagógicos e docentes, sobre esta instância e sua importância na organização e funcionamento da escola. Da forma como vem sendo realizado, percebeu-se que pouco tem contribuído para modificação do trabalho pedagógico e também para a efetivação da democratização na escola.

Pode-se concluir, diante das pesquisas já realizadas pelos autores destacados e pela elaboração deste trabalho, que o Conselho de Classe não tem cumprido com sua função, sendo imprescindível para melhoria do processo educativo, ser resgatada pelos profissionais que atuam na escola.

Espera-se que este estudo contribua para o desenvolvimento de outras pesquisas, enfatizando a importância desta instância e suas características fundamentais, bem como, que os profissionais, reflitam essas características, a fim de desenvolverem novas práticas de Conselho de Classe.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

CAMPOS, Doroty Yaeko Arimori. Caderno Temático. **Conselho de Classe**: uma instância colegiada de consolidação do processo de ensino e aprendizagem. Projeto de Intervenção PDE. UEL/UNESPAR. Apucarana, 2014

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. O que é Conselho de Classe? In:_____. **Conselho de Classe e Avaliação**: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, São Paulo: Papirus, Editora, 2006, p.31-39.

_____. **Conselhos de Classe e Avaliação.** Perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas-SP, Papirus, 2004.

DAMIANI, Magda Floriana. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios.** Ed. UFPR, Curitiba, 2008, p.213-230. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a13> >. Acesso em: 24 ago. 2015.

DUBIELA, Adelia Tormena. O conselho de classe como espaço de reorganização do trabalho pedagógico. In: Secretária da Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: produção didático-pedagógica.** 2012.

FONSECA, Kátia, *et.all.* **Inclusão escolar e diversidade na escola:** Flexibilização e adaptação curricular no processo de inclusão escolar. 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/ybbg4/02>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de; FERNANDES Cláudia de Oliveira. Currículo e avaliação. In: BEAUCHAMP, Jeanete et.al. **Indagações sobre o currículo:** currículo e avaliação. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica, Brasília, 2007, p. 01-44.

FURTADO, Almira Pereira Barreto; MORAES, Lucila de Nazaré Rodrigues; SALVADOR, Maria de Fátima Assunção. **Conselho de Classe:** um diagnóstico da realidade escolar. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/HuARNI> > Acesso em: 12 maio 2016.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas? In:_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed.São Paulo: Atlas S. A, 2002, p. 41-57.

HOFFMANN, Dianete Maria Ragazzan; ZSYMANSKI; Maria Lídia Sica. **Papel do pedagogo frente ao conselho de classe.** 2007. Disponível em: < <http://goo.gl/FSDRsB> >. Acesso em: 15 jun. 2016.

JUNIOR, Álvaro Francisco de Britto; JUNIOR, Nazie Feres. **A utilização da técnica de entrevista em trabalhos científicos.** Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/200>>. Acesso em: 07 maio 2016.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou Avaliação:** o que pratica a escola? Série **Idéias** (8):71-80. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo, 1990.

MULLER, Sandra Sarpini. O papel do conselho de classe no processo avaliativo. In:_____. **O conselho de classe e a organização do trabalho pedagógico:** uma interação possível? Portal Educacional do Estado do Paraná. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2200-6.pdf> >.

OLIVEIRA, Márcia de; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **O papel do conselho de classe na escola pública atual.** 2008. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2199-6.pdf> >

PPP - **Projeto Político Pedagógico**. Colégio Estadual Nilo Cairo, Apucarana PR, 2012/2013. Disponível em: <
http://www.apunilocairo.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/1/140/11/arquivos/File/ppp_2012.pdf > . Acesso em 15 maio de 2016.

RESENDE, Luciana Araujo Valle de. Reorganização educacional: as escolas polivalentes como uma das vias para a profissionalização do ensino. 2009. **Anais...** Uberlândia: UFU – Universidade Federal de Uberlândia, 2009, p. 01-17.

ROCHA, Any Dutra Coelho da. **Conselho de Classe**: burocratização ou participação? 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

SANGALLI, Jaqueline. **Conselho de Classe muitas dúvidas e um desafio**: avançar é preciso. Caderno de perguntas e respostas. PDE, Cascavel, 2009.

SOUSA, Sandra Maria Zákia. **Avaliação da Aprendizagem**: Teoria, Legislação e Prática no Cotidiano de Escolas de 1º Grau. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 1986, p. 106-114.

TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut de; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Apontamentos sobre o princípio da gestão democrática na educação brasileira**. In: _____. Gestão educacional. Coleção Fundamentum n 70. Eduem: Maringá, 2011, p.10-29.

APÊNDICE 1

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1) PERFIL DOS SUJEITOS

1. Há quanto tempo trabalha nesta instituição de ensino? E qual sua formação acadêmica?

2) CONSELHO DE CLASSE

2. Para você, o que é o Conselho de Classe?
3. Você considera as reuniões de Conselho de Classe como momentos oportunos em que o coletivo escolar discute, avalia e toma decisões sobre o processo ensino e aprendizagem? Por quê?
4. Para que tem servido o Conselho de Classe em sua escola?
5. Quais as funções você considera que deve ter o Conselho de Classe na escola?
6. Durante as reuniões de Conselho o que é decidido? Quais os encaminhamentos posteriores a essas decisões?
7. Na sua escola, como tem sido organizados os Conselhos de Classe?

3) PARTICIPAÇÃO

8. Quais sujeitos deveriam participar das reuniões de Conselho de Classe? E de que forma esses podem contribuir com o andamento das reuniões?
9. Em sua opinião, há participação efetiva dos profissionais nas reuniões de Conselho de Classe?
10. Como se dá o processo de participação durante as reuniões (quem participa)?

4) AVALIAÇÃO

11. Qual a relação que você estabelece entre a avaliação da aprendizagem, a prática docente e o Conselho de Classe?
12. Como você tem desenvolvido sua prática avaliativa em sala de aula (critérios e instrumentos de avaliação)?
13. Em sua opinião, qual o tipo de avaliação tem respaldado as reuniões de Conselhos de Classe?

5) ORGANIZAÇÃO INTERDISCIPLINAR

14. O Conselho de Classe possibilita a visão coletiva entre a equipe docente sobre as questões de ensino e aprendizagem?